

O ESTADO CAPTURADO



Nathalie Nascimento/FPA

Subsídios e isenções na maioria voltada para o andar de cima da pirâmide social remontam R\$ 560 bilhões por ano no Brasil, que passou a ter, após decisão do Copom, a 2ª maior taxa básica de juros no mundo

focus
BRASIL

Garrote de juros do Banco Central é aprovado

Entrevista: Adriana Accorsi é pré-candidata em Goiânia

Após 1900 dias de prisão, Assange conquista liberdade

Bossa nova: Alaíde Costa brilha em Cannes



SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

*Quer ajudar o povo
do **Rio Grande do Sul** e
combater notícias falsas?*

*Entre no grupo
de Caçadores de
FAKE NEWS*

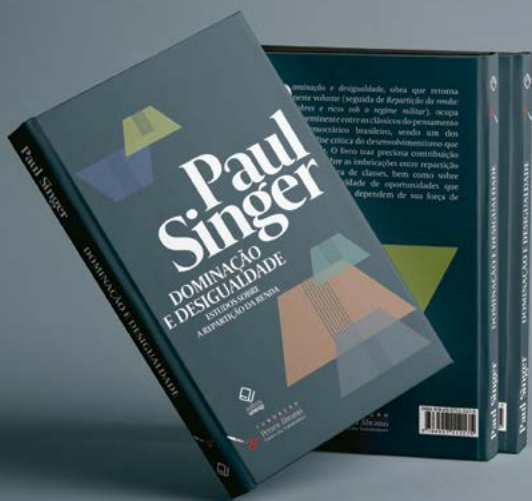
bit.ly/cacadoresfakenews



DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS
OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo





**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

BANCO CENTRAL QUER JUROS ALTOS

Brasil ultrapassa Rússia, que vive Guerra desde 2022, e agora tem a 2ª maior taxa real de juros no mundo. Por unanimidade, Copom decidiu por manter a Selic em 10,5% ao ano. Gleisi cobra que mídia seja coerente e assuma defesa dos juros altos

Página 06

CARTA AO LEITOR O país das isenções ao andar de cima

Página 05

CAPA Garrote de Juros do Banco Central é aprovado; Lula critica

Página 06

SEGURANÇA Atlas da Violência: 10 capitais das mais perigosas estão no Norte ou Nordeste

Página 09

ARTIGO Segurança Pública: saúde mental e mundo do trabalho

Página 11

ENTREVISTA Adriana Accorsi fala sobre segurança pública e os desafios de Goiânia

Página 14

LIBERDADE Assange é solto após uma prisão injusta de quase dois mil dias

Página 18

ANÁLISE DataFolha confirma avaliação do governo estabilizada

Página 19

TEM COMIDA NA MESA Famílias passam a comer mais carne, iogurtes e chocolates

Página 21

GUERRA DOS TRONOS Reunião de Líderes europeus discute altos cargos da UE

Página 23

ARTIGO A nova frente popular na França, a

esperança de renovação

Página 24

ANTES TARDE... do que nunca: Alaíde Costa, 88, é prestigiada em Cannes

Página 27

DIVERTIDA A MENTE

Sucesso da Disney e Pixar, longa infantil conquistou o público brasileiro

Página 29

A SEMANA NA HISTÓRIA A morte de Brizola, Guerra EUAxCoreia do Norte, a estreia de O Pasquim e mais

Página 31



O PAÍS DAS ISENÇÕES AO ANDAR DE CIMA

Alberto Cantalice

O Brasil notabiliza-se por ser historicamente o país dos "Robin Woods às avessas": tira dos pobres para dar para os ricos. São 560 bilhões por ano de isenções fiscais, subsídios e remunerações via taxa de juros. 623 bilhões só no exercício fiscal de 2023.

O conjunto de beneficiários diretos das renúncias e gastos tributários é o 1% mais rico da população. Quando muito, abarcam as classes médias altas detentoras de altos salários e penduricalhos.

Para cumprir a insígnia "O pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda" será preciso enfrentar pressões poderosas. A devolução pelo Congresso da Medida Provisória das desonerações demonstra a força dos lobbies empresariais no parlamento.

O garrote da taxa de juros imposto pelo Banco Central "independente" compõe o corolário da sangria do erário.

Vale lembrar que o fim da cobrança sobre lucros e dividendos promovidos pelos autores do Plano Real em 1995, foi substituída pela Contribuição Provisória de Movimentações Financeiras, a CPMF. A derrota da proposta de manutenção da cobrança no governo Lula 2, produziu uma razia na época de 50 bilhões/ano. Segundo vários especialistas, se mantida a mesma alíquota 0,35 nos dias atuais, produziria uma arrecadação de 120 bilhões ano.

Lucros e dividendos

O orçamento público é 94% comprometido com pagamentos de salários, transferências constitucionais, benefícios sociais e paga-

mento de juros da dívida pública. Sobram somente 6% para despesas de custeio e investimentos. Muito pouco.

É preciso muito mais.

Entretanto, não há mágica nas operações matemáticas. Enquanto setores neoliberais advogam a desvinculação dos benefícios sociais do Salário Mínimo e o fim dos pisos constitucionais, jogando a conta no lombo dos pobres, as forças progressistas devem se unificar para iniciar uma grande ofensiva pela tributação dos endinheirados.

É uma luta constante pela apropriação dos recursos escassos.

Emparedar o governo pela "esquerda" como dizem alguns é um erro crasso. Visão miope da estratégia.

Precisamos nos somar ao governo Lula para pressionar as elites excludentes.

Esse é o caminho!



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

GARROTE DE JUROS DO BANCO CENTRAL É APROVADO

O presidente Lula cobrou redução da taxa básica de juros, mas não foi atendido pelo comitê presidido por Campos Neto, que decidiu pela manutenção da taxa Selic a 10,5% ao ano.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu na quarta-feira, 19 de junho, manter a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a 10,5% ao ano.

A decisão quebra uma sequência de sete reduções consecutivas da Selic, realizadas pelo órgão desde agosto do ano passado. A manutenção da taxa ocorreu apesar da pressão do presidente Lula e de movimentos populares que defendiam uma nova queda.

Um dia antes do anúncio da decisão, o presidente Lula concedeu uma entrevista à rádio CBN, do Grupo Globo, onde afirmou que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, "tem lado político e atua para prejudicar o país".

Segundo Lula, a taxa básica de juros não reflete a realidade da economia nacional, que está crescendo além do esperado, gerando empregos e mantendo os preços sob controle. Para ele, a taxa deveria ser mais baixa.

O BC avalia que há um cenário mais desafiador e que optou por interromper unanimemente o ciclo de queda dos juros, "destacando que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas demandam maior cautela".

Além de simular um cenário com juros constantes até o final do próximo ano, o documento da reunião do colegiado liderado por Roberto Campos Neto aponta que o Brasil já não tem mais espaço para crescer a um ritmo mais acelerado, pois já eliminou o chamado "hiato do produto".

Na prática, isso estabelece um piso de juros mais altos no futuro. O Ministério da Fazenda, por exemplo, trabalha com uma



Ricardo Stuckert PR

SOBE O TOM Lula critica condução da política monetária e diz que Campos Neto 'trabalha para prejudicar'

taxa neutra de 4% e, por isso, projeta juros significativamente menores do que os do mercado para 2025 e 2026.

Gasto com juros é maior que Saúde e Educação juntas

Vale lembrar que no início deste ano ficou provado que, em 2023, primeiro ano deste novo governo, as despesas com juros superaram os gastos, juntos, dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento e Assistência Social -- responsável pelo Bolsa Família.

Segundo informações oficiais, as despesas pagas pelo Ministério da Saúde somaram R\$170,26 bilhões no ano passado, enquanto aquelas dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, respectivamente, totalizaram R\$142,57 bilhões e R\$265,291 bilhões. Um total de R\$578,13 bilhões.

As despesas com juros da dívida pública do Governo Central somaram R\$614,55 bilhões em 2023, contra R\$503 bilhões em 2022. Elas perderam apenas para o Ministério da Previdência Social - responsável pelo pagamento dos benefícios de aposentados, pensionistas e de pro-

gramas sociais, como o BPC, que totalizaram R\$861,6 bilhões no último ano.

Taxa neutra: um recado não tão neutro assim...

A ata aprovada no Copom afirmou, ainda, que a política monetária deve permanecer contractionista - ou seja, com a taxa de juros acima da considerada neutra - por um período "suficiente para consolidar não apenas o processo de desinflação, mas também a ancoragem das expectativas em torno das metas".

A taxa neutra é aquela que não incentiva nem restringe a atividade econômica. O comitê estima que a taxa neutra esteja entre 4,5% e 5%. A Selic está atualmente em um nível restritivo e "deve permanecer contractionista por tempo suficiente" para trazer a inflação para a meta no horizonte relevante da política monetária.

Ao falar da taxa neutra, o BC voltou a dar recados fiscais e a manifestar outras preocupações com a política econômica, indicando que esse aumento teria relação com a piora na percepção dos mercados sobre o que se desenha no Brasil.

"O Comitê reforçou a visão



Reprodução

de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade”, diz o texto.

A ata destaca o cenário externo adverso, com juros altos nos Estados Unidos como um fator que pressiona a política monetária local.

“No ambiente atual de menor liquidez, há potencialmente maior diferenciação entre ativos, aumentando, relativamente, a demanda por ativos mais seguros ou com melhores fundamentos. O Comitê reiterou que não há relação mecânica entre a condução da política monetária norte-americana e a determinação da taxa básica de juros doméstica e que, como usual, o Comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica inflacionária interna”, diz o texto.

É a autoridade monetária di-

zendo que o Brasil não só está impedido de acelerar o crescimento econômico, como agora se vê obrigado a esfriar nível de atividade, com conseqüências políticas e econômicas – o que favorece, claro, a direita e a extrema-direita brasileiras: arrocho de juros e sufocamento de governo não é, assim, uma novidade na governança pública.

O tom mudou

O presidente Lula tem criticado frequentemente o alto patamar da Selic durante o seu 3º governo. As críticas são direcionadas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. As reclamações se intensificaram nos dias que antecederam a reunião que aprovou a manutenção da taxa, como mencionamos, e seguiram pela semana.

Para Lula, o presidente do BC tem “lado político” e “trabalha para prejudicar o país”. “Só temos uma coisa desajustada neste país: o comportamento do Banco Central. Essa é uma coisa desajustada. Presidente que tem lado político, que trabalha para prejudicar o país. Não tem expli-

cação a taxa de juros estar como está”, declarou Lula.

A presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), cobrou que a mídia corporativa mantenha a coerência com o seu histórico de apoio aos interesses do mercado financeiro. A parlamentar afirmou ser “muita cara de pau” os grandes jornais, que sempre defenderam a sabotagem praticada pelo Banco Central contra o país, agora responsabilizando o presidente Lula pelo patamar extorsivo da taxa básica de juros (Selic) de 10,50% ao ano.

Gleisi também manifestou apoio às críticas do presidente Lula aos setores que pregam cortes na saúde, na educação e em outras políticas públicas e, ao mesmo tempo, celebram os juros altos e ainda gozam dos benefícios da isenção fiscal.

“Continue falando as verdades que precisam ser ditas, presidente Lula. O Brasil é muito maior do que a ganância dessa gente que não quer pagar impostos e exige cortes no orçamento dos pobres. A verdade vai vencer, e o país também”, declarou a presidenta do PT.



CIDADES DO NORTE E NORDESTE APRESENTAM DESTAQUE NEGATIVO NO ATLAS DA VIOLÊNCIA

As regiões concentram as dez capitais mais violentas; pesquisa do Ipea aponta preocupação com subnotificação por ausência de dados na hora de identificar as causas das mortes

Claudia Rocha

“O mapa do Brasil é mais claro, no sentido de menos violência, se olharmos do Sul para o Norte e Nordeste, onde as cores do mapa da violência ficam mais fortes, indicando maior índice”, aponta Daniel Cerqueira, coordenador do Atlas da Violência 2024. Os dados, que refletem a disparidade regional nos índices atuais, estão presentes na edição mais recente do Atlas da

Violência, publicado na semana passada a partir de um trabalho conjunto entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O balanço, que é anual, retrata a violência no Brasil, principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. E relata informações

sobre homicídios analisadas à luz da perspectiva de gênero, raça e faixa etária. Para Cerqueira, além de tratar da dinâmica do crime, ele avalia ser necessário olhar para as políticas de Segurança Pública, já que muitas são “baseadas na improvisação, no achismo ou em respostas midiáticas a determinados casos, como chacinhas”, segundo o pesquisador.

A expansão das facções criminosas e o controle de rotas de tráfico de drogas ajudam a ex-

plicar o crescimento dos números nas regiões Nordeste e Norte. O estado da Bahia foi o que teve o maior destaque negativo: com sete cidades na lista das dez mais violentas do Brasil. Os cinco primeiros municípios do ranking são: Santo Antônio de Jesus, Jequié, Simões Filho, Camaçari e Juazeiro - todos baianos.

Salvador também apresentou um cenário preocupante. Em nono lugar no quadro geral, é a única capital brasileira dentre as vinte cidades mais violentas. Na listagem que analisa apenas as capitais, depois de Salvador, seguem: Macapá, Manaus, Porto Velho e Fortaleza, Recife, Aracaju, Maceió, Teresina e Boa Vista. Sobre o mau desempenho da Bahia, o pesquisador do Ipea comenta que o problema na região não começou agora e que é fruto de uma somatória de erros cometidos nas últimas décadas, com um quadro ainda pior no passado.

Mulheres e população negra

Com a primeira edição em 2016, a publicação, que é referência no setor e ajuda a orientar diversas políticas, sempre teve a preocupação em buscar detalhar as mortes violentas de grupos sociais mais vulneráveis como mulheres, negros e a população lgbtqi+. "Entender o processo de dinâmica da violência, por que está acontecendo e sobretudo revelar como se dá a violência contra minorias sociais, que muitas vezes são invisibilizadas até pela falta de dados", pontua Cerqueira.

De acordo com a pesquisa, no ano de 2022 (o último analisado), 76% das pessoas mortas de maneira violenta eram negras. O número total na década de 2012 a 2022 foi de 445.442 pessoas negras assassinadas, o que representa uma morte a cada 12 minutos. Dentre as mulheres, também há o destaque racial, pois das



Fernando Frazão/Agência Brasil

48.289 mulheres mortas, 66% eram negras.

No que diz respeito à faixa etária, dos mais de 46 mil assassinatos registrados no Brasil em 2022, 49% dos crimes foram cometidos contra jovens entre 15 a 29 anos. No recorte sobre violência contra meninas, quase a metade dos casos é de agressão sexual contra crianças de 10 a 14 anos e 30% contra bebê e meninas de até 9 anos. Dados considerados alarmantes e classificados como "assombrosos" por Samira Bueno, que também coordena os trabalhos da pesquisa.

Falta de dados

O material organizado pelo Ipea e pelo FBSP aponta uma subnotificação nos números relacionados às mortes violentas no país. Isso ocorre porque parte dos óbitos é classificada como Morte Violenta por Causa Indeterminada (MCVI). Por conta disso, o número estimado de homicídios ocorridos no Brasil, em 2022, é de 52.391 - o que equivale a um caso a cada dez minutos.

De acordo com Daniel Cerqueira, na última década analisada, cerca de 132 mil pessoas foram assassinadas no Brasil e isso não constava na base nacio-

nal do Ministério da Saúde. A estimativa tem relação com casos de mortes violentas classificadas como sem causa determinada no sistema e que são considerados homicídios ocultos.

O dado pode ajudar a mascarar realidades; o estado de São Paulo, por exemplo, registra um cenário positivo, mas tem 40% dos casos de homicídios ocultos do Brasil. Em 2022, o país registrou 5.982 homicídios ocultos e 2.410 aconteceram no estado paulista. "Temos um verdadeiro escândalo que acontece no estado mais rico da federação, que é o estado que tem a pior qualidade dos dados de mortalidade", opina Cerqueira.

Sobre a oscilação geral do índice de violência no Brasil, o país apresenta um quadro de estabilidade, mesmo com o crescimento nas regiões Norte e Nordeste. Os motivos, de acordo com o Atlas, têm relação com o envelhecimento da população e com as políticas de desarmamento da população ao longo da década, além de um crescimento na preocupação com as políticas de Segurança Pública. Segundo o mapa da violência, o Brasil teve 46.409 casos de homicídios registrados em 2022. Isso equivale a um assassinato a cada 11 minutos e meio.



**FORÇA
NACIONAL**

SEGURANÇA PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E MUNDO DO TRABALHO

Juliana Ribeiro

Sentir-se bem, feliz e saudável tornou-se um dos grandes discursos de nossa sociedade, em contradição ao imenso fenômeno do adoecimento mental, marcado pela depressão, ansiedade, estresse e suicídio.

Tais aspirações podem ser consideradas ilusórias no contexto da exploração do trabalho, já que a pressão pela produtividade e eficiência é ferramenta corrente de gestão, geradora de

indução ao adoecimento.

Esse discurso da felicidade, ainda, atribui ao indivíduo a responsabilidade única por alcançá-la, afastando o intrínseco contexto social e histórico, mediador dessa condição.

Ou seja, nesse ardid, arrisca-se a incumbir o trabalhador, além de suprir sua necessidade de alimentação e descanso, da tarefa de garantir sua saúde mental, independentemente das condições do meio em que vive, sob pena de desemprego e isolamento social.

No mundo do trabalho, essa

pauta assume a potencial condição de reflexão sobre o sistema e suas consequências, em diversos âmbitos, desde o modo de produção até seus reflexos nas políticas públicas e instituições que as compõem.

Desta forma, observar a saúde mental impõe abordagem prudente em relação a objetificação das pessoas, para unicamente estarem mais bem dispostas aos desgastes e riscos da exploração do trabalho, inserindo a perspectiva humana em plenitude.

É nesse contexto que também se enquadra a observação em

relação aos policiais. São eles submetidos a ambiente de trabalho adverso, pois atuam perante grandes mazelas sociais e vivenciam relações institucionais autoritárias e deturpadas, demonstrado pelos índices de adoecimento mental e suicídios, superiores aos de outras categorias.

Como contorno deste esforço, desenvolve-se especial ênfase às problemáticas institucionais e às especificidades das atribuições, como sendo elementos preponderantes para a ocorrência dos índices de adoecimento mental e suicídios dos policiais no Brasil, a despeito dos aspectos individuais.

Embora existam poucas pesquisas relacionadas à saúde mental dos profissionais de segurança pública, é possível trazer à baila contrariedades constatadas pela sociedade,

em senso comum, no tocante a desmotivação e falta de engajamento dos policiais, produtoras de má qualidade na prestação do serviço de segurança pública. Nesse sentido, a Pesquisa Nacional de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública realizada pela Universidade de Brasília (UnB) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), conclui que, dentre outros, os principais temas que impactam a qualidade de vida no trabalho dos policiais são: engajamento, motivação, qualidade do sono, psicopatologia, neuroticismo, Burnout, satisfação com a vida, endividamento e qualidade da alimentação.

Os altíssimos índices de suicídio consistem no principal indicador da gravidade do adoecimento mental desses profissionais. Em a "Análise crítica sobre o suicídio policial", realizada pela Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo, os índices de suicídio dos policiais são 4 ve-



Reprodução

zes maiores do que os índices da população não policial, e pode ser considerado epidêmico, segundo parâmetros da OMS.

A pesquisa Perfil dos Profissionais de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, referente aos dados de 2022 e 2023, assim demonstra:

Instituição	suicídios
Polícia Militar	171
Polícia Civil	33
Polícia Penal	12
Corpo de Bombeiros Militar	10
Órgãos de Perícia Oficial	0
TOTAL GERAL	226

O modelo de segurança pública brasileiro contém 138 instituições, entre estaduais e federais, que mantêm uma cultura institucional de forte hierarquização. E são as relações internas um dos maiores desafios dessa análise, na medida em que apresentam uma preponderância do autoritarismo, fundado no assédio e no controle do indivíduo, inclusive na sua vida privada e no modo

de enxergar a vida.

Em pesquisa realizada nas Instituições de Segurança Pública de Alagoas, o Ministério Público e a Universidade Federal de Alagoas identificaram que, por exemplo, no Corpo de Bombeiros:

"quase a metade das 98 mulheres que responderam à pesquisa (46,9%) - cerca de 45 mulheres - já foram vítimas de assédio sexual. Essa cifra é bastante expressiva, sobretudo quando os dados são comparados com os poucos casos levados até a

Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas: apenas 02 procedimentos correctionais em 2020 e apenas 05 nos últimos cinco anos." (pág. 45)

É preciso ressaltar que as instituições policiais brasileiras se encontram no cerne do estado mínimo, cujo reflexo é o sucateamento dos recursos materiais e redução constante de quadro de servidores, o que gera imensa sobrecarga de trabalho. A exemplo, a Polícia Civil de São Paulo, apresenta, no ano 2024, um déficit de 17 mil servidores.

Outro aspecto relevante é a restrição ao exercício de direitos, que consiste hoje no impedimento do direito de greve e da livre manifestação de pensamento

em relação às condições de trabalho. Disso resulta a existência de poucos e/ou enfraquecidos canais de reivindicação das demandas dos policiais e a pouca consciência da condição de ser o policial um servidor público/trabalhador, sujeito de direitos humanos.

Essas restrições contribuem para dificultar a realização das mudanças, tanto no modelo de segurança quanto nas questões cotidianas institucionais, na medida em que retira da cena o policial como cidadão. É uma categoria que trabalha com condições precárias e suas reclamações diárias não se transformam em demandas, mas sim em

elementos individuais de aceitação.

O breve e superficial retrato acima esboçado é apto a demonstrar o contexto institucional e laboral dos policiais como sendo uma verdadeira "panela de pressão", que se expressa em violências.

A saúde mental é responsável pelas boas condições de tomada de decisão, durante as atividades cotidianas dos policiais, pois tem influência na capacidade de cognição da realidade. E, sendo profissionais portadores de arma de fogo e do poder de restringir direitos de terceiros, a fragilidade da saúde mental deve ser observada como elemento fundamental do sistema. Desta feita, até mesmo para os debates referentes à letalidade e à qualidade do serviço prestado, o adoecimento mental dos policiais merece destaque.

Pois, se estamos diante da possibilidade de vivermos num modelo que, além de prestar um serviço inadequado às demandas sociais, contribui para o adoecimento e suicídio de seus servidores, a adoção de medidas é urgente.

A oferta de assistência psico-



lógica é uma política necessária para evitar a perda de vidas e insere as instituições na responsabilidade da questão. Em geral, medidas de valorização do profissional policial podem ajudar na garantia de uma gestão pública apta a entregar um serviço de melhor qualidade à população.

Um primeiro passo já foi possível. O governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, está oferecendo atendimento psicológico online e gratuito para profissionais de segurança pública, no Projeto ESCUTA SUSP. E por meio dele foram elaborados protocolos específicos para as questões policiais, com base em estudos realizados por terapeutas coordenados pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Para isso ser possível, os terapeutas foram capacitados para compreenderem a dinâmica do universo policial e, assim, adquirirem repertório para as consultas. Esse projeto proporciona acionamento direto pelo profissional, sem qualquer filtro institucional.

Mas, a fim de se evitar o ardil do discurso utilitarista de melhoria da qualidade de vida no trabalho, apenas com enfoque na qualidade do serviço público, importante se torna observar

as condições extenuantes dessa mão de obra, acolhendo essas demandas e visando construir consciências.

Um segundo passo precisa ser dado e extrapola a função de governo ou de uma política pública. Numa perspectiva político-organizacional, essa é uma oportunidade de busca de canais de diálogos com as associações da categoria, de adoção de posturas de apoio nas lutas por melhoria salarial e defesa de seus direitos humanos, em casos como assédios, homofobia, racismo etc., proporcionando novos rumos e novos argumentos de debate estruturais.

A segurança pública continuará sendo uma das principais pautas a serem tratadas nos debates públicos, sendo relevante uma posição partidária incisiva sobre o acolhimento das demandas do trabalhador policial, a partir de sua saúde mental e seus reflexos, como sendo um dos pilares dos programas de governo na área de segurança elaborados.

Coordenadora geral de Valorização Profissional SENAS/MJSP, Delegada de Polícia do Estado de São Paulo, Pós graduada em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Paulista de Magistratura (2022) e pela PUC/SP (2011), Pós graduada em Estudos Latino-americanos pela UFJF (2004), Graduada em Direito Pela PUC/SP (2000).

“EVITO ME PERDER
EM DISCUSSÕES
IDEOLÓGICAS QUE
NÃO CONTRIBUEM
PARA REALMENTE
PRESTAR SERVIÇO À
POPULAÇÃO”

A delegada Adriana Accorsi, pré-candidata do PT em Goiânia, sonha em ser prefeita da cidade que a acolheu e que seu pai, o ex-prefeito Darci Accorsi, entregou com aprovação recorde de 90%

Fernanda Otero

Candidata na capital do estado de Goiás, a delegada Adriana Accorsi sonha administrar a cidade para onde se mudou com tenros dois anos de idade. Filha do ex-prefeito Darci Accorsi, iniciou sua trajetória política na Pastoral da Juventude da Igreja Católica no Jardim Novo Mundo, bairro onde cresceu. O ex-prefeito é frequentemente citado pelo Presidente Lula como uma referência para prefeitos e candidatos petistas. Ainda hoje é considerado o prefeito mais bem aprovado da história de Goiânia, deixando a gestão com quase 90% de aprovação e uma marca de administração humanista, social e próxima das pessoas.

Formada em Direito pela Universidade Federal de Goiás, realizou o sonho de infância de tornar-se delegada de polícia. Acumulando quase 25 anos de experiência na área, foi Delegada de Proteção à Criança e ao Adolescente, Superintendente de Direitos Humanos da Secretaria da Segurança Pública de Goiás e a primeira e única mulher a assumir como Delegada Geral da Polícia Civil do Estado.

Proteger crianças e adolescentes sempre foi seu objetivo principal, uma motivação que a impulsionou ao longo de sua carreira. Considera o espírito destemido uma herança deixada pela mãe, "mulher corajosa e valente".

Além de enfrentar os candidatos rivais, Adriana Accorsi também enfrentará a oposição da imprensa, que insiste em atribuir à sua candidatura uma imagem negativa por ela ser do PT. Afirma que enfrentará a todos "com muita calma e paciência, atributos necessários para quem deseja administrar uma capital como Goiânia" explica a deputada.

A deputada acompanha com angústia a inação do atual prefei-

to, que deixa de buscar parcerias com o governo federal, repetindo o mesmo padrão de comportamento de outros prefeitos bolsonaristas. Um PAC aberto pelo governo federal que poderia habilitar 26 obras, incluindo escolas em tempo integral, unidades de saúde e obras de infraestrutura, não será direcionado a Goiânia. O atual chefe do executivo habilitou apenas uma obra de escola de tempo integral, ainda que,

A BANCADA FEMININA ESTEVE COM O MINISTRO DA JUSTIÇA E APRESENTAMOS A ELE A IDEIA DE UM GRANDE PLANO DE COMBATE AO FEMINICÍDIO NO BRASIL

por exemplo, o município tenha um déficit de cerca de dez mil vagas para a educação infantil.

Essa entrevista à redação da Focus fecha uma série iniciada em janeiro, com a participação do senador Humberto Costa, coordenador do GT Eleitoral do PT. Na ocasião, o senador apontou que o PT é uma alternativa sólida e o jeito petista de governar seria uma solução para as cidades. Como bem ilustrou Adriana Ac-

corsi, os candidatos petistas não apenas representam esse projeto, são os únicos com capacidade de governar "com diálogo e respeito pelas instituições".

- Como a única mulher policial de esquerda, como é sua interação com a bancada da bala na Câmara dos Deputados?

- A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado é um espaço extremamente importante para debater projetos e políticas públicas nessa área que é tão relevante e que angustia tanto as pessoas no Brasil. Embora, neste momento histórico, seja um local onde há muito debate ideológico em detrimento da verdadeira discussão sobre políticas públicas, recursos para segurança, implementação de projetos que garantam a segurança das pessoas, eu tenho procurado ter uma ação propositiva. Vários projetos de minha autoria já passaram pela comissão, estão em andamento e aguardam votação em plenário, mesmo agora, com cerca de um ano e meio como deputada. Principalmente projetos de combate à violência contra mulheres e contra crianças e adolescentes. Também tenho trabalhado na valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública. Tenho procurado atuar nesse sentido, evitando me perder em discussões ideológicas que não contribuem para realmente prestar este serviço à população e apresentando propostas ao governo federal nessa linha. Por exemplo, recentemente, a bancada feminina esteve com o ministro da justiça e apresentamos a ele a ideia de um grande plano de combate ao feminicídio no Brasil, que seria liderado pelo ministério e pelo governo federal. Essa proposta foi aprovada pelo ministro e já está em andamento. Estas são algumas ideias



que temos levado através da comissão para realmente discutir a questão da segurança pública de forma séria e responsável no Brasil, e não de forma midiática, como muitos integrantes lá o fazem. Outro exemplo é a PEC 57, que é a PEC das guardas municipais. Iremos votá-la em breve e teremos audiência pública nesta semana, onde discutiremos a contribuição que os municípios podem e devem ter na segurança pública.

- Ao falar sobre o panorama para esse pleito de Goiânia, a deputada do PT Bia de Lima disse que "por serem cinco candidatas de direita contra Adriana, ela pode ter uma vantagem graças à desunião deles". Gostaria que a senhora comentasse.

- A deputada estadual, minha companheira Bia de Lima, foi muito feliz nesse comentário. Realmente é este o cenário que nós vemos neste momento aqui na pré-campanha. São várias pré-candidaturas mais no campo da direita e nós no campo progressista. Então já estamos contando com cinco partidos no movimento Somar por Goiânia e queremos ampliar ainda mais.

Estamos trabalhando nesse sentido e entendemos que essa é a nossa grande chance de retornar uma candidatura progressista à Goiânia.

- A direita vê a sua candidatura como a única competitiva de todos os candidatos petistas nacionalmente, a senhora acha que é correta esta avaliação?

- Olha, eu acredito que é muito cedo, nós estamos ainda na pré-campanha, ainda teremos o momento das convenções e a campanha propriamente dita ainda vai começar, então vejo que estamos realmente numa boa colocação aqui em Goiânia, nossa pré-candidatura tem conseguido mais apoios a cada dia, mas eu vejo que muitas candidaturas, pré-candidaturas estão se destacando a nível nacional, como por exemplo, da minha companheira Maria do Rosário em Porto Alegre, que hoje também está em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para a prefeitura.

- A senhora tem muita experiência com o legislativo e executivo e é filha do prefeito Darci Accorsi, uma referência petista,

também um acúmulo. O que a senhora vai resgatar dessa herança, além do natural desejo de superar o trabalho dele, como a senhora manifestou em uma entrevista anterior?

- Hoje, Goiânia atravessa um momento de grande desamparo, descaso e abandono. A cidade precisa realmente de uma prefeita ou prefeito que a conheça profundamente, que tenha a capacidade de trabalhar muito e de efetivar políticas públicas, além de saber realizar a articulação política necessária para governar. É essencial conseguir trazer para Goiânia as políticas públicas e recursos nacionais para que a cidade se desenvolva e retome os serviços públicos de qualidade que sempre foram motivo de orgulho para nós. A maior herança da gestão do meu pai, que eu acompanhei de perto na época como líder do movimento estudantil, é, primeiramente, um grande amor pelas pessoas e uma preocupação com a vida das crianças, das mulheres, dos idosos e do povo trabalhador. Essa é uma preocupação genuína, verdadeira e sincera com o bem-estar das pessoas. Nesse sentido, precisamos de saúde

de qualidade, de uma educação que realmente ofereça a possibilidade de um futuro digno para as nossas crianças.

Precisamos também de um transporte público de qualidade para trabalhadores, trabalhadoras e estudantes, além de cuidar da cidade, pois até a questão do lixo e da limpeza pública está em situação de abandono. Portanto, o legado que trarei da gestão do meu pai é essa preocupação, mas também uma articulação política ampla, uma gestão muito democrática que dialogue com toda a sociedade e ouça a população. Meu pai instituiu o Goiânia Viva, um programa de orçamento participativo que foi muito importante para que a população fosse ouvida nas decisões da administração. Vamos retomar esse diálogo e, além disso, trazer para Goiânia os projetos sociais que o presidente Lula está implementando no Brasil. Além disso, precisamos encerrar e concluir as obras paradas, o que também é algo importante. É crucial lembrar e retomar as boas práticas das gestões anteriores em Goiânia.

- Existe uma certa agressividade por parte de alguns jornalistas contra a senhora e sua candidatura. Como enfrentar esse comportamento?

- Olha, com muita calma e paciência, que são atributos necessários para quem deseja administrar uma capital como Goiânia, tão complexa e politicamente diversa. Eu trato todos e todas com muita calma e tranquilidade, procurando focar nos problemas da cidade e não em discussões ideológicas. A população hoje quer soluções para os problemas, e é dessa forma que nós vamos atuar. Tanto agora na pré-campanha e na campanha, quanto na administração.

- Como o PT pode se apropriar da pauta da segurança pública?

- A segurança pública é uma grande preocupação e fonte de angústia para as famílias e pessoas em nosso país, especialmente para as mulheres, devido ao momento de epidemia de violência contra as mulheres e meninas, incluindo feminicídios. Portanto, o Partido dos Trabalhadores precisa se apropriar, se importar e priorizar essa pauta. Neste con-

O PARTIDO DOS TRABALHADORES PRECISA SE APROPRIAR, SE IMPORTAR E PRIORIZAR ESSA PAUTA

texto das eleições municipais, destacamos a importância da participação dos municípios na segurança, especialmente no aspecto preventivo e comunitário, além das políticas públicas voltadas para proteger as vítimas e prevenir tais situações. Apresentamos vários elementos que obtiveram sucesso em municípios como Diadema, Canoas e Porto Alegre, onde experiências redu-

ziram a criminalidade violenta e os homicídios por meio de ações de segurança municipais em parceria com as polícias estaduais.

Desta forma, estamos propondo projetos para todo o Brasil, e em Goiânia, a segurança será uma prioridade. Como delegada de polícia de carreira e ex-secretária municipal, temos diversas propostas nesse sentido, focando na atuação da Guarda Civil Metropolitana, em políticas de prevenção, no tratamento de pessoas com uso abusivo de drogas, e em políticas para a independência financeira das mulheres. São ações com impacto significativo na segurança pública que iremos propor e demonstrar durante as eleições municipais.

- Como a senhora O discurso do governador Ronaldo Caiado sobre a segurança é mentiroso?

- Não há dúvida de que a segurança pública no estado de Goiás está passando por um momento de grande aprovação da população, o que principalmente atribuo à atuação corajosa, eficiente e dedicada dos meus colegas trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública. No entanto, há problemas graves que precisam ser enfrentados, como a questão da violência contra as mulheres. Atualmente, temos poucas delegacias especializadas no atendimento à mulher, praticamente nenhum abrigo para sua proteção em situações de ameaça e poucos policiais e políticas públicas voltadas para combater essa questão. O resultado disso não poderia ser outro senão uma epidemia de feminicídios e casos de estupro contra crianças e adolescentes, o que é uma situação muito grave que demanda um esforço maior do governo estadual e de todas as autoridades envolvidas.

“LIBERTAÇÃO DE ASSANGE É VITÓRIA DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE DE IMPRENSA”, AFIRMAM PETISTAS

Assange ficou encarcerado por 1.901 dias por ter divulgado informações sigilosas do governo dos Estados Unidos.

Héber Carvalho (PT na Câmara)

Parlamentares da Bancada do PT na Câmara Federal comemoraram pelas redes sociais a libertação do jornalista e fundador do site WikiLeaks, Julian Assange, ocorrida nessa terça-feira (25), em Londres. Assange ficou encarcerado por 1.901 dias em uma prisão de segurança máxima, por ter divulgado para o mundo informações sigilosas do governo dos Estados Unidos que comprovavam casos de espionagem contra outras nações realizadas por este país, além da prática de crimes de guerra e outras violações de direitos humanos. Segundo os petistas, a libertação de Julian Assange representa a vitória de democracia e da liberdade de imprensa.

Para ser solto, Assange concordou em se declarar culpado de uma acusação que os EUA faziam contra ele. Em troca, os Estados Unidos abdicaram do processo de extradição movido

contra o fundador do WikiLeaks junto à Justiça britânica. Para isso, foram contados como pena os 5 anos que o jornalista permaneceu preso na Inglaterra. Assange retornou nesta terça em um voo para a Austrália, seu país natal.

Perseguição

Em mensagens postadas no X (antigo Twitter), os petistas comemoraram a notícia da libertação de Julian Assange. Para a presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), essa também é uma vitória de todos que lutam pela liberdade de informação. “Julian Assange finalmente está livre, informa o Wikileaks! Vitória importante de todos que se uniram a ele em defesa da liberdade de informação e contra uma perseguição descabida e injusta”, escreveu.

Já o líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), escreveu que “a libertação de Julian Assange representa a vitória da liberdade de imprensa em todo o mundo”. “Assange

virou símbolo da luta pelo direito à informação transparente e democrática. Sua libertação é um passo importante na defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão”, ressaltou.

Na mesma linha, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou que a libertação de Assange merece ser celebrada. “Símbolo da liberdade de imprensa e do jornalismo independente, a prisão de Assange era ilegal e arbitrária, um ataque frontal aos direitos humanos. Assange ousou revelar as entranhas do poder ao mundo e isso incomodou muita gente. Um dia para ser celebrado!”, observou.

Pressão internacional

Parlamentares ligados à luta do MST destacaram que esse movimento social sempre defendeu a libertação de Julian Assange. O deputado Valmir Assunção (PT-BA), integrante do movimento, disse que “a liberdade de Assange é resultado de uma campanha global que abrangeu organizadores de base, defensores da liberdade de imprensa, legisladores e líderes políticos e movimentos sociais de todo mundo”. “O MST foi firme na defesa da liberdade de expressão”, apontou.

O deputado João Daniel (PT-SE), também oriundo do MST, escreveu que “uma corrente mundial defendeu Assange e a liberdade do exercício do jornalismo”. “Ele não deveria ser preso, mas sim exaltado por sua coragem”, destacou.

Já o deputado Nilto Tatto (PT-SP) observou que esta terça-feira foi um “dia histórico para a democracia, para a liberdade de imprensa e para a liberdade de expressão”. “Dia histórico para quem luta contra a tirania, o colonialismo e o imperialismo. Liberdade para Assange!”, declarou.



DATAFOLHA CONFIRMA AVALIAÇÃO DO GOVERNO ESTABILIZADA

Presidente Lula sanciona lei que fortalece o combate integrado à violência doméstica e familiar contra a mulher

Matheus Tancredo Toledo

A mais recente pesquisa do Datafolha confirma levantamentos anteriores de outros institutos: após uma piora na avaliação do governo Lula desde o final do ano passado, o momento é de estabilidade, impulsionada por um freio no ritmo de deterioração da percepção sobre a economia.

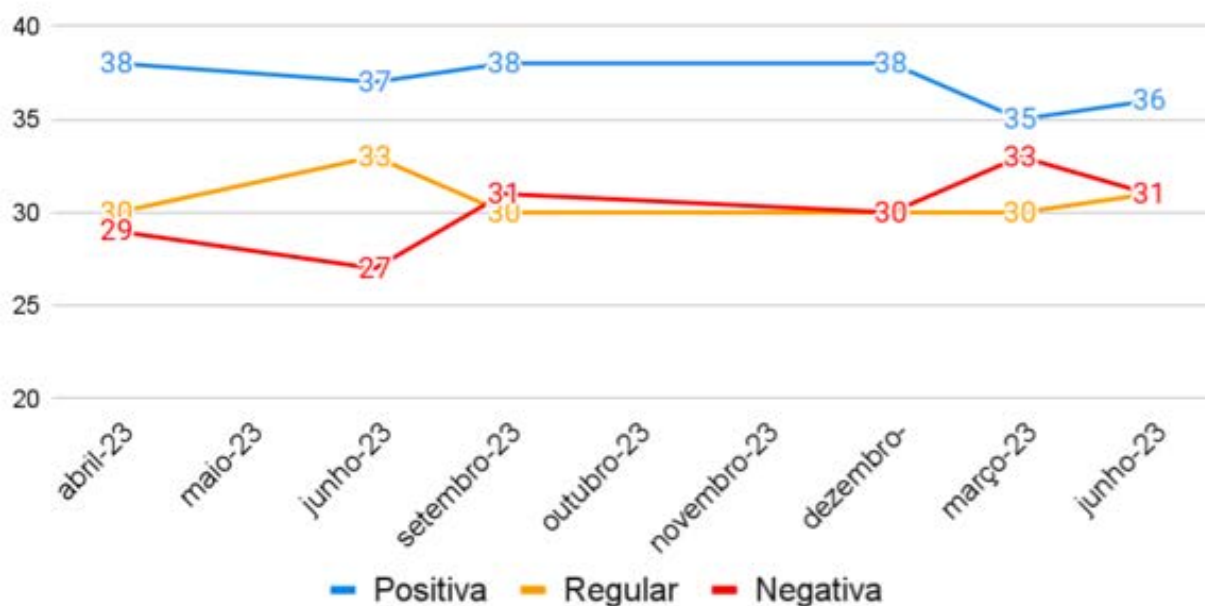
De acordo com o instituto,

desde o levantamento anterior (feito em março) a avaliação positiva oscilou de 35% para 36%, enquanto a avaliação regular variou de 30% para 31% e a avaliação negativa de 33% para 31%. O quadro de estabilidade já havia sido sugerido em artigo anterior, em maio.

Conforme compartilhado em artigo publicado na semana passada, e em textos anteriores para a Focus Brasil, o NOPPE (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas

e Estudos da Fundação Perseu Abramo) interpreta que as oscilações vistas nos índices de popularidade do terceiro governo Lula, desde seu início, tem andado conjuntamente com a percepção dos brasileiros e brasileiras sobre o desempenho econômico do país e seu impacto na vida cotidiana e a evolução de índices que impactam no cotidiano da população, como a inflação de itens de compra constante (legumes, frutas, verduras, carnes) me-

AVALIAÇÃO GOVERNO LULA - DATAFOLHA



Junho de 2024

www.fpabramo.org.br

dados no IPCA, e o próprio peso da cesta básica sobre o salário mínimo.

Neste sentido, a pesquisa Datafolha mais recente permite explorar tal percepção, oriunda de um acompanhamento sistemático das pesquisas de opinião de diversos institutos. De dezembro de 2023 até agora (período que abrange os três últimos levantamentos do Datafolha), houve um percurso concomitante de aumento da reprovação ao governo e dos índices que medem a avaliação dos brasileiros sobre a economia do Brasil e a situação econômica pessoal em dois momentos: de dezembro a março, e de março até agora.

Os brasileiros que consideravam que a economia do país piorou em dezembro de 2023 eram 35% do total, número que subiu para 41% em março e agora oscilou para 42% -- dentro da margem de erro de 2 pontos percentuais (p.p.). Já do ponto de vista pessoal, eram 26% os que diziam que a própria situação econômica havia piorado em dezembro,

número que chegou a 28% em março e que recuou para 24% agora. Quando questionados sobre o futuro, havia subido de 22% para 27%, no primeiro período, os que consideravam que a economia iria piorar nos próximos meses -- agora são 28%. Sobre as expectativas sobre a própria situação, a oscilação foi de 10% para 13%, e depois para 12%.

Da mesma forma, os dados sobre a percepção e expectativa positivas: Em dezembro 33% diziam que a economia brasileira havia melhorado, número que foi para 28% (em março) e 27% (agora). Ainda, 35% relataram melhora da situação econômica pessoal no final do ano, número que caiu posteriormente para 28% e agora oscilou para 29%. Em relação às expectativas, a de melhora da situação econômica do Brasil caiu de 47% para 39% entre dezembro e março, e agora oscilou para 40%, enquanto a trajetória da expectativa sobre a situação econômica pessoal no mesmo período foi de 62% para

53% e, agora, para 55%.

É possível considerar, portanto, que os índices estão se alinhando entre si: uma piora acentuada das avaliações e expectativas econômicas entre o final do ano e o final do primeiro trimestre de 2024 afetou imediatamente a avaliação sobre o governo -- da mesma forma, a estabilização dos mesmos índices freou tal deterioração. No entanto, a seguinte questão fica latente: ainda não foi possível reverter o quadro de percepção de piora da economia para a maior parte dos brasileiros. Consequentemente, não se aumentou a popularidade -- somente se estancou o ritmo de piora visto na passagem do final de 2023 para o começo de 2024.

Os dados revelam, portanto, um desafio político: segundo o Datafolha, 26% dos brasileiros consideram que sua vida melhorou desde a posse de Lula -- enquanto a maioria (52%) considera que a vida permanece igual e a menor parte (21%) indica piora.



Reprodução Agência Amazonas

Brasileiros estão comprando cerca de 7,8% mais itens a cada ida ao supermercado nos 12 meses terminados em março

COM RENDA MAIOR E INFLAÇÃO MENOR, FAMÍLIAS PASSAM A COMER MAIS CARNE, IOGURTES E CHOCOLATES

Para senadores do PT, números mostram efeitos das políticas econômicas do governo Lula

PT no Senado

Os consumidores da classe D e E no Brasil, domicílios com renda de até R\$ 3,2 mil mensais, voltaram a comprar itens considerados supérfluos, como pacotes de salgadinho, doces, chocolates, iogurtes e bebidas.

De acordo com a pesquisa da Kantar/Worldpanel Division, os brasileiros, em geral, compram cerca de 7,8% mais itens a cada ida ao supermercado nos 12 meses terminados em março, em comparação com o mesmo período anterior.

Esse movimento é impulsionado por um cenário econômico favorável: inflação reduzida, desemprego no menor patamar em dez anos (7,9% em março) e ganho de renda da população, devido a ajustes no salário mínimo e em benefícios assistenciais.

Ainda segundo a pesquisa, três categorias se destacam: mercearia doce (9,3%), bebidas (9,4%) e bazar e medicamentos de venda livre (9,9%).

“Isso mostra que as pessoas voltaram a ser inseridas no mercado de consumo, estão retomando seus direitos, a oportunidade de poder comer bem e se dar a chance de introduzir na alimentação alguns produtos que estavam fora do seu alcance. É o fim da fila para disputar osso e carcaça”, avaliou o senador Humberto Costa (PT-PE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Consumo de carne também cresceu

Outro fator apontado pela pesquisa é o aumento do consumo de refeições fora de casa, impulsionado pelo maior número de pessoas inseridas no mercado de trabalho. Como resultado,

as compras de alimentos se tornam menos frequentes, porém em volumes maiores, privilegiando itens que oferecem praticidade, sabor e prazer.

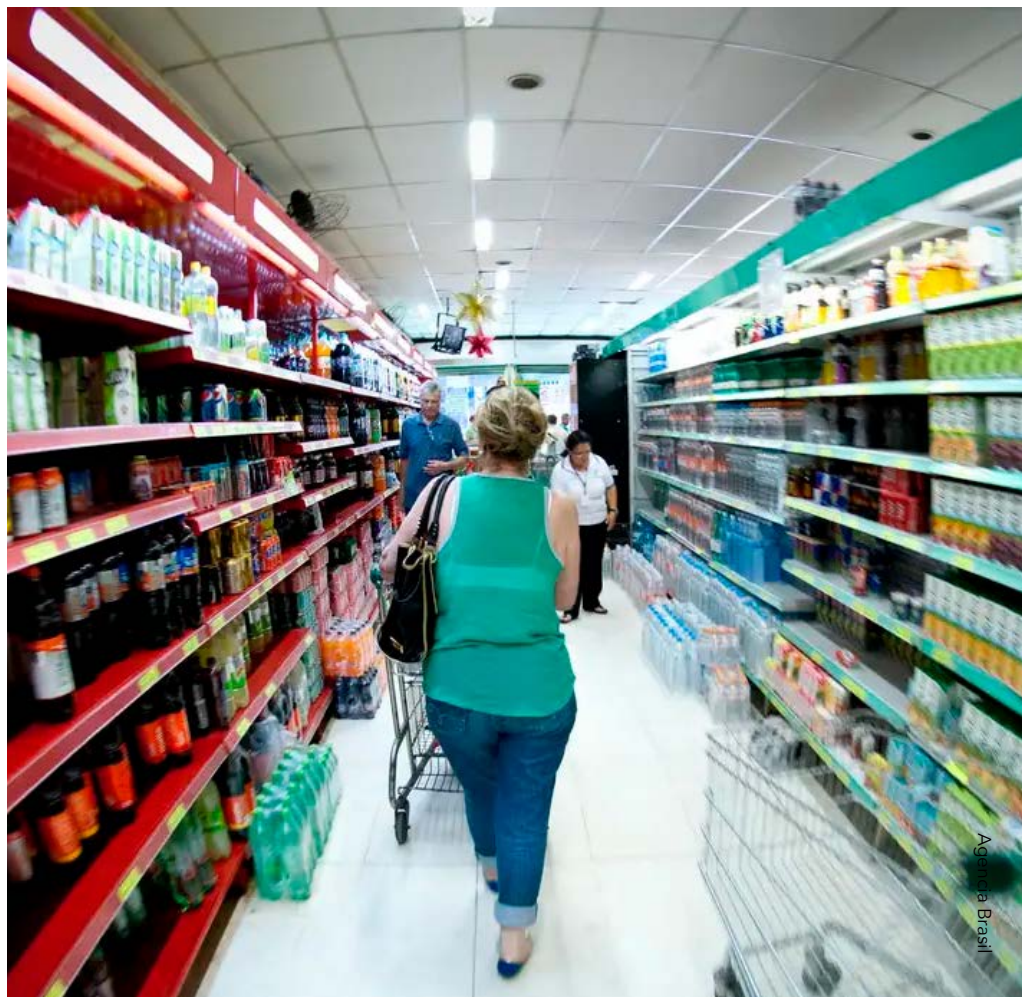
O consumo de carne bovina dentro dos lares brasileiros cresceu 4,2% no semestre até março, em comparação com o mesmo período do ano anterior, alcançando também a classe DE.

“A mudança, para melhor, dos hábitos de famílias brasileiras de classe média deve ser celebrada por todos nós. Isso é resultado de muito trabalho e da persistência de uma política econômica com foco no bem-estar da população. Depois de garantir a rede de proteção que combate à pobreza extrema, o governo federal tem atuado para que as famílias que ganham um pouco mais possam viver melhor. Isso tudo graças ao controle da inflação, à criação de emprego e ao aumento da renda”, afirmou o líder

do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Na classe DE, o consumo de iogurtes em embalagens individuais, como o “grego” e os proteicos, está em alta, indicando uma preferência por produtos de maior valor agregado. No primeiro trimestre deste ano, 230 mil lares passaram a consumir iogurte “grego” em comparação com o mesmo período de 2023, sendo que o litro desse produto é 15% mais caro que o tradicional de bandeja.

“O pessimismo de alguns com a economia do Brasil não se sustenta. A pesquisa traz indicadores importantes do aumento da renda e de uma inflação menor. Mostra avanços que trazem mais dignidade para aqueles que mais precisam. Como diz o presidente Lula é ‘trabalhar e confiar’. O Brasil está avançando, e vai avançar ainda mais”, destacou a senadora Teresa Leitão (PT-PE).



REUNIÃO DE LÍDERES EUROPEUS DISCUTE ALTOS CARGOS DA UNIÃO EUROPEIA

Um português poderá voltar a ocupar um dos principais cargos nas instituições da União Europeia (UE)

O Partido Popular Europeu, de centro-direita, ganhou as eleições europeias, o que garante a Ursula von der Leyen boas chances de ser reeleita como presidente da Comissão Europeia. Durante uma cimeira informal que acontece na segunda-feira, 24, os chefes de Estado e de Governo discutirão quem deverá ser o próximo Presidente da Comissão Europeia, Presidente do Conselho Europeu e Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

"Penso que Ursula fez um ótimo trabalho. Os líderes vão reunir-se e creio que precisamos de uma decisão rápida, devido ao que está acontecendo no mundo, precisamos de uma liderança forte da União Europeia", declarou a jornalista Mette Frederiksen, primeira-ministra da Dinamarca, do Partido Socialista Europeu.

Se Ursula Von Der Leyen conseguir a bênção dos líderes, terá de enfrentar mais tarde uma sabatina no Parlamento Europeu, no qual precisará do apoio da maioria dos deputados recém-eleitos - 361 votos - para garantir o cargo.

Antes das eleições, Bruxelas fervilhava de especulações sobre possíveis alternativas a atual presidente da CE. Outros líderes do PPE, como o croata Andrej Plenković, o romeno Klaus Iohannis e o grego Kyriakos Mitsotakis, foram citados, juntamente com Roberta Metsola, a atual presidente do Parlamento Europeu.

O antigo primeiro-ministro italiano, Mario Draghi, foi outra das



alternativas que atraíram mais comentários. Contudo, a proposta, amplamente atribuída a funcionários franceses como um estratégia para obter apoio a Ursula, seria ousada: Draghi não está filiado em nenhum partido político e a sua nomeação perturbaria completamente o jogo das negociações.

Os socialistas ficaram em segundo lugar e buscam a presidência do Conselho Europeu. O ex-primeiro-ministro de Portugal, António Costa poderá ser escolhido, colocando mais um português em um cargo de comando em Bruxelas, depois de Durão Barroso ter ocupado a presidência da Comissão Europeia entre 2004 a 2014.

O atual primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, explicou que o PSD e o PS sempre estiveram muito alinhados em relação à política e que o seu antecessor, António Costa, tem um perfil adequado.

"É importante que se compreenda que a minha posição pessoal e a

posição do governo português não se baseiam puramente na nacionalidade, embora isso seja relevante, não vamos negar", disse ao chegar para uma reunião em Bruxelas.

"No entanto, é fundamental o compromisso que esperamos que o coordenador das reuniões do Conselho Europeu possa oferecer para nos próximos anos estabelecer pontes entre as várias famílias políticas e entre os diversos Estados-membros e respetivos governos, a fim de avançarmos em uma Europa que aspira à paz, unidade na defesa da Ucrânia, perspectiva de crescimento e passos significativos em termos de competitividade econômica", acrescentou Montenegro.

As críticas feitas por alguns líderes à posição da deputada alemã sobre a guerra em Gaza e um certo retrocesso nas questões ambientais não parecem suficientes para afastá-la do pareo.

Com informações do portal Euronews



NOUVEAU FRONT POPULAIRE

Reprodução

O NOUVEAU FRONT POPULAIRE: ESPERANÇA DE RENOVAÇÃO DA POLÍTICA FRANCESA

Países nórdicos reacendem força da esquerda em meio ao alarmante avanço da extrema-direita na Europa

Maria Luiza Lapa de Souza

No dia seguinte à dissolução da Assembleia Nacional francesa pelo Presidente Emmanuel Macron devido aos resultados das eleições europeias do último 9 de junho, o partido França Insubmissa escreveu um comunicado aos franceses dizendo que o resultado das eleições europeias foi uma derrota total para o Presidente da República, devido à rejeição de sua política pelo povo francês. Também afirmava que

ele falhou em impedir o avanço da extrema direita, que na verdade encorajou. Outros partidos de esquerda foram com mais parcimônia no mesmo sentido.

A decisão de Macron de dissolver a Assembleia Nacional foi recebida com muita surpresa; mesmo seu Primeiro-Ministro, Gabriel Attal, soube da notícia pela imprensa, assim como a maioria dos cidadãos. Esta decisão provocou reações mistas e polarizadas. Politicamente, foi também motivada por vários fatores, sendo o mais importante a crise entre seu governo e o parla-

mento, principalmente devido à centralização do poder e ao seu programa econômico neoliberal que, desde seu primeiro mandato, reduziu os gastos com saúde e educação, sem controlar o preço da energia. A França é um dos países mais endividados da Europa, com uma dívida correspondente a 5,5% do seu PIB. Isso desencadeou um período de grande atividade e mobilização, com importantes implicações para o futuro político da França.

Os resultados das eleições para o parlamento europeu deixaram Emmanuel Macron em



Wikimedia

uma situação muito delicada. De fato, o Rassemblement National (RN), partido de extrema direita, obteve 32% dos 51,5% dos votos expressos, enquanto a maioria presidencial obteve apenas 14,6%, o Partido Socialista - Place Publique 13,83%, a FI 9,89%, e 5,5% para os ecologistas. Diante desses resultados, ele temia ser obrigado a nomear como Primeiro-Ministro alguém do RN que teria plenos poderes. Apostou na dissolução pensando em poder renovar o parlamento e assim reforçar sua posição política, estimando que poderia obter um resultado eleitoral melhor.

O resultado das eleições europeias foi a reação do povo francês às reformas do código do trabalho e da aposentadoria aprovadas sem o voto dos deputados, ao aumento da inflação, à perda do poder de compra, ao aumento dos preços da energia e também à reforma da lei de imigração. Para os líderes dos principais sindicatos, CGT e FO, o Presidente Macron é o único responsável pela incerteza que se instalou no país devido a esta situação inédita.

As consequências da decisão de dissolver o parlamento resultaram em novas eleições que devem ser organizadas entre 20 e

40 dias, como determina a constituição francesa. As próximas eleições legislativas foram marcadas para 30 de junho (primeiro turno) e 7 de julho (segundo turno).

No contexto atual, a dissolução teve um resultado diferente do esperado pelo Presidente: a) entre os cidadãos, essa decisão gerou preocupação com a incerteza política e econômica que isso poderia acarretar no futuro próximo; b) manifestações eclodiram em várias cidades, organizadas por partidos políticos de oposição, sindicatos e movimentos sociais, já críticos das reformas neoliberais. Eles viram essa decisão como a confirmação da fragilidade do governo e chamaram à mobilização para defender os serviços públicos e os direitos sociais; c) os partidos de oposição, especialmente a França Insubmissa (LFI), criticaram severamente a decisão de Macron, qualificando-a como uma tentativa desesperada de manter o poder diante de um descontentamento crescente e acusando o Presidente de fugir de suas responsabilidades. Por outro lado, o Rassemblement National (RN), embora contente com a perspectiva de novas eleições nas quais esperam reforçar sua posição,

também criticou Macron por sua incapacidade de governar eficientemente.

Os últimos dois anos do segundo quinquênio de Macron foram marcados por fortes tensões com o legislativo: seus dois Primeiros-Ministros não pediram votos de confiança aos parlamentares para aplicar seu programa de governo e usaram repetidamente o artigo 49, parágrafo 3 da Constituição da Vª República. Esse artigo permite ao governo aprovar uma lei sem que os deputados votem o texto, equivalente ao nosso decreto-lei. Essas medidas geraram conflitos com a oposição e crises sociais, sendo a primeira delas a dos coletes amarelos, desencadeada pelo aumento do imposto sobre combustíveis. O 49.3 e o voto de confiança são mecanismos muito importantes da democracia francesa.

O erro tático do campo político presidencial foi acreditar que a esquerda estava fragmentada. Macron deve ter visto uma oportunidade estratégica para seu partido, Renaissance, de ganhar um apoio eleitoral renovado e mais amplo. No entanto, no dia seguinte à dissolução do parlamento, apesar de dois anos de demonização dos deputados da França Insubmissa e de seu líder, Jean-Luc Mélenchon, por políticos de direita e pela imprensa, uma nova coalizão se formou, o Novo Front Popular, constituído por vários partidos de esquerda (Les Écologistes, La France insoumise, le Parti communiste français et le Parti socialiste, ainsi que Place publique, Génération's, la Gauche républicaine et socialiste, le Nouveau Parti anticapitaliste et la Gauche écosocialiste), e anunciou um programa econômico e social, dando esperança a uma grande parte da população francesa que se sentia marginalizada e desiludida pelas políti-

cas neoliberais e de austeridade deste governo.

O Novo Front Popular, em referência ao Front Populaire de 1936 que garantiu muitos direitos sociais ao povo francês, visa a criar uma alternativa credível e solidária às políticas atuais. Essa coalizão é uma versão ampliada da NUPES (Nova União Popular Ecológica e Social), à qual se juntam movimentos sociais, sindicatos e militantes da sociedade civil organizados. É importante lembrar que, no dia seguinte ao segundo turno das eleições presidenciais de 2022, Jean-Luc Mélenchon, LFI (La France Insoumise), havia convidado o povo a eleger o Primeiro-Ministro em torno da coalizão de partidos de esquerda, NUPES, propondo um programa de ruptura clara com o governo muito impopular de Emmanuel Macron. A NUPES estava completamente desfeita até o dia 9 de junho passado devido às injunções sucessivas da direita ajudada pela imprensa.

O programa do Novo Front Popular resume-se a :

- O retorno da aposentadoria aos 60 anos,
- O bloqueio dos preços da energia e dos produtos de primeira necessidade,

- O aumento do salário mínimo e a indexação dos salários à inflação,

- A recusa dos orçamentos de austeridade de Emmanuel Macron para reparar os serviços públicos e estar à altura da urgência climática,

- A anulação da reforma do seguro-desemprego e da odiosa lei de imigração aprovada pela coalizão de macronistas, direita e extrema direita,

- A mudança ecológica através da planificação ecológica, saída do nuclear

- Nova constituição, 6ª República, para acabar com a monarquia presidencial,

- O combate ao racismo, ao antisemitismo e à islamofobia que fragmentam o povo para impedir a defesa de interesses comuns,

- A recusa da escalada da guerra na Ucrânia e o fim do genocídio em andamento em Gaza, reconhecendo o Estado da Palestina, decretando um embargo sobre entregas de armas e impondo sanções ao governo de Netanyahu.

A dissolução da Assembleia Nacional francesa ocorreu no contexto da guerra na Europa, quando a França entregou um total de 3,035 bilhões de euros em

equipamentos militares para a Ucrânia enquanto os trabalhadores não viram nenhuma proposta para a recuperação do poder de compra e nem medidas para conter o aumento dos preços da energia. Também traz implicações significativas para a Europa, criando um período de incerteza política e econômica que pode afetar sua estabilidade, retardar reformas cruciais e enfraquecer alianças estratégicas. O impacto dessa decisão será monitorado de perto pelos outros Estados membros, pelos mercados financeiros e pelos atores geopolíticos internacionais. Para a Europa, a estabilidade e a capacidade de ação da França são essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos atuais.

A dissolução é um evento significativo, motivado por conflitos entre o executivo e o legislativo, devido a um impasse com a oposição dos partidos de esquerda, sobretudo a FI. A France Insoumise que soube levar a voz do povo ao parlamento, traduzir sua insatisfação e defendendo mais justiça social e lutando por mudanças significativas nas políticas públicas em geral.

Finalmente, as implicações desta dissolução do parlamento são vastas, abrangendo novas eleições, que poderiam de um lado fazer crescer a extrema direita, e de outro, a consolidação da esquerda e um resultado medíocre para os partidos que apoiam o atual governo. O segundo turno das eleições legislativas de 7 de julho provavelmente será disputado entre o Novo Front Popular e o Rassemblement National. Esperamos que o Novo Front Popular conquiste uma grande vitória, para trazer mudanças efetivas para construir um futuro e solidário para o povo francês.

Doutora em Matemática, membro do núcleo do PT de Paris, morando na França há mais de 33 anos.



Reprodução



Alaíde Costa, pioneira da Bossa Nova homenageada pela Johnnie Walker em campanha da AlmapBBDO

OSCAR DA PUBLICIDADE RENDE-SE AO TALENTO DE ALAÍDE COSTA

Cannes Lions, considerado o festival de criatividade mais importante do mundo, escolheu 'A Grande Noite - Bossa Nova' apresentado por Alaíde Costa como melhor peça publicitária de 2023

Fernanda Otero

Como profetizaram os compositores Céu e Diogo Poças na canção "Turmalina Negra", escrita para Alaíde Costa, a "pedra rara" no cenário da música popular brasileira deixou sua marca entre as maiores intérpretes do Brasil e assiste agora "o mundo transformar seu trabalho".

No ano passado a cantora participou de uma ação de marketing da empresa Diageo que promoveu o show 'A Grande Noite

- Bossa Nova', no Carnegie Hall, em Nova Iorque, para celebrar os 60 anos do concerto que revelou ao mundo o gênero brasileiro. A campanha recebeu, agora, o prêmio máximo da categoria Entertainment Lions for Music do Cannes Lions, festival internacional de publicidade e criatividade que ocorre em Cannes. O prêmio é conhecido como o "Oscar do setor publicitário", que premia inovações criativas em diferentes áreas como publicidade, design, digital e entretenimento.

Antonio da Cunha Penna, premiado escritor e autor de livros

além de compositor, cantor e historiador, é um grande fã de Alaíde e afirma que ela sempre foi injustiçada. Apaixonado pela cantora desde quando ela apareceu cantando Bossa Nova. Penna possui quase todos os seus LPs, alguns deles originais.

O historiador avalia que, embora Alaíde Costa fosse uma talentosa intérprete do gênero da Bossa Nova, ela não teve a mesma visibilidade que outros artistas brancos do movimento, que era dominado pela classe média alta brasileira e ela foi discriminada pelo seu 'defeito de cor'. Ala-

íde Costa e Johnny Alf, ambos talentosos mas não tão celebrados, não foram incluídos na viagem para os Estados Unidos em 1962.

Apesar de seu grande talento, na opinião de Penna, pelo fato de Johnny Alf além de negro, ser obeso e homossexual, e Alaíde Costa ser uma mulher negra sem volúpia, eles enfrentavam discriminação, reafirmando as desigualdades presentes até mesmo em movimentos culturais inovadores como a Bossa Nova. Os dois também enfrentaram dificuldades adicionais devido às suas personalidades introvertidas. Alaíde era extremamente reservada e não se envolvia em eventos sociais, enquanto Johnny Alf, também discreto, se dedicava a tocar nas boates à noite sem muito envolvimento nas rodas de imprensa.

No cenário da MPB, Alaíde talvez seja "a única cantora que nunca fez concessões", ou seja, nunca gravou faixas para agradar ou fazer charme. Ao igualar o talento da cantora com Elis Regina, que nos primeiros dois discos, gravados aos 16 anos, Penna considera que Elis teve que se submeter às vontades das gravadoras e produtores, enquanto Alaíde, em contraste, manteve a integridade artística desde o início de sua carreira. Seu primeiro disco, ainda que mais próximo do samba-canção antes da ascensão da Bossa Nova, já mostrava qualidade superior aos primeiros trabalhos de Elis, que resultaram em álbuns dos quais ela não gostava e que evitava mencionar. Alaíde teve sua trajetória marcada pela coerência e ausência de concessões ao mercado.

Em 1972, foi convidada por Milton Nascimento para participar do disco Clube da Esquina, de Milton e Lô Borges, no qual ela canta com ele a música



Divulgação



Reprodução

Me Deixa em Paz, de Monsueto Menezes e Airton Amorim. Esse trabalho a projetou novamente para uma posição de destaque.

Muitas décadas mais tarde, em 2020, foi um outro homem negro que a trouxe de volta aos holofotes. "O Emicida, que é um rap famoso, muito bom, muito inteligente, muito sensível, descobriu, praticamente, a Alaíde para essa nova geração", avalia Penna. "Com essa sacada do Emicida, ela sofreu uma exposição merecida", comemora. O CD 'O que

meus calos dizem sobre mim' lançado em 2022 foi produzido por Emicida e Marcus Preto e foi muito bem recebido pela crítica.

Fã e conhecedor dos trabalhos de Alaíde, Penna tem um trabalho preferido. "Eu me emociono sempre que ouço o disco 'Coração'. É primoroso. Os arranjos são ótimos, foi um momento em que investiram um pouco nela e, quando a gravadora investia, havia uma estrutura com músicos e arranjadores. Esse é o disco dela que tem tudo", recomenda.



Reprodução

DIVERTIDA MENTE 2: O GRITO DE SOCORRO DO MUNDO CONTRA A ANSIEDADE

Animação da Pixar/Disney mostra os efeitos do transtorno que já atinge 1 em cada 8 pessoas

Henrique Nunes

Mais um dia normal na sala de controle. Enquanto Alegria, a coordenadora da equipe, dita as ordens, Raiva, Nojinho, Medo e Tristeza fazem o trabalho sujo para manter as coisas em seus devidos lugares. Num momento é preciso chorar e aceitar o peso de uma notícia ruim. No outro, é preciso ter raiva para redobrar a força na execução de uma tarefa. No meio disso tudo, um medo aqui,

outro nojo ali, ajudam a manter a saúde de nossa heroína em dia.

Mas de repente, o alarme toca. A sala de controle é invadida pela gerência que tenta colocar tudo abaixo. Logo sabemos o motivo: Riley, a personagem que chocou o mundo da animação em Divertida Mente, está de volta. Agora na puberdade.

Não demora para que um novo modelo de trabalho seja colocado em prática. A Alegria, a Raiva, a Tristeza, o Medo e a Nojinho são levados ao cárcere. Tornam-se, portanto, sentimentos reprimidos que passarão a lutar

para recuperar a relevância, num belo e psicanalítico exercício cinematográfico sobre autoconhecimento, aceitação e independência emocional.

Quem assume o controle, sempre com boas intenções (como também na vida real), é ela, a onipresente Ansiedade. Aqui um adendo: antes mesmo de o filme ser lançado já havia uma enorme expectativa para ver como o transtorno apareceria na história, diante da relevância do tema em várias partes do mundo.

No início, a Ansiedade é amparada pelos nem sempre sub-



servientes Tédio, Vergonha e Inveja. Depois, ela só, a Ansiedade, passa a tomar conta de tudo sozinha, espécie de Madre Superiora sempre a propagar o caos e a discórdia, mesmo que ela própria não saiba aonde quer chegar - ou aonde quer levar a nossa pequena Riley.

Daqui em diante é bom deixar detalhes do filme para quem ainda pretende assistir a Divertida Mente 2. Mas um aviso. Quem for ao cinema deve estar preparado para se ver diante da tela grande. Bom, ao menos há uma grande probabilidade de isso acontecer, já que transtornos como a ansiedade já atingem 1 em cada 8 pessoas no mundo.

O primeiro dado importante para quem está ansioso para saber como a ansiedade aparece na brilhante animação da Pixar/Disney é a própria aparência da personagem, propositadamente, digamos, caricaturizada: cabelos despenteados, pensamentos catastróficos, conclusões dúbias que interferem em atitudes tomadas de maneira nem sempre

éticas ou decentes. A doce Riley, sob a tutela da Ansiedade, age por impulso ao se afastar das amigas, ao bisbilhotar o caderno da professora, e até ao agredir uma colega no time de hóquei "sem querer".

Ansiedade não só assume a sala de controle como acaba por colocar em risco uma engrenagem fundamental na cabeça de Riley: uma pequena árvore chamada Senso de Si, formada pelas convicções construídas ao longo de seus 13 anos e que são, ao fim e ao cabo, o que há de mais autêntico em sua personalidade.

É sobre isso, para usar um jargão da cada vez mais ansiosa juventude brasileira. E, infelizmente não vai ficar tudo bem, caso Riley, este que vos escreve e tantas e tantas outras pessoas por aí não constatarem o óbvio: é preciso buscar ajuda para se livrar da Ansiedade. Calma, não se descontrole. Se você ainda não precisa de remédio e terapia, respire aliviado. Basta deixar que a Raiva, a Tristeza, o Medo, o Nojo, a Vergonha e o Tédio te

abracem na medida certa. Em dosagens controladas. Ah, sim, Alegria demais também pode causar problemas. Alegria é o que nos move adiante, mas também nos cega. Melhor dividir a sala de controle de maneira coletiva e sorrir por saber que vivemos no mesmo mundo, na mesma época, em que animações como Divertida Mente 2 ainda existem. Até a Ansiedade da gente melhora.

RILEY NÃO ESTÁ SOZINHA. NEM VOCÊ

Considerada um dos principais sintomas da depressão, a ansiedade já é considerada o mal do século para a psiquiatria. No Brasil, o diagnóstico do transtorno não para de crescer e já coloca o país como o mais ansioso do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Dados de 2023 apontam que 26,8% dos brasileiros já receberam diagnóstico médico da doença.

21 de junho de 2004

MORRE LEONEL BRIZOLA AOS 82

Morre no Rio de Janeiro, aos 82 anos, vítima de insuficiência pulmonar seguida de infarto no miocárdio, Leonel de Moura Brizola, fundador do PDT, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

Brizola protagonizou memoráveis embates contra forças conservadoras da política nacional. Como governador do Rio Grande do Sul, foi o principal líder da Campanha da Legalidade, resistência civil que impediu o golpe de estado após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e assegurou a posse do vice-presidente João Goulart.

No golpe militar de 1964, já

como deputado federal pela Guanabara, Brizola tentou organizar a resistência armada a partir do Rio Grande do Sul. Temendo uma guerra civil no país, Jango decidiu se refugiar no Uruguai, e o plano de Brizola não prosperou. Com seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1, Brizola se exilou no Uruguai e só retornou ao Brasil em 1979, com a anistia.

Em 1982, foi eleito governador do Rio de Janeiro, superando inclusive tentativas de fraude. Em 1989, ficou em terceiro lugar na disputa pela Presidência da República, no primeiro pleito pós-ditadura – obteve 15,45% dos votos, logo atrás de Lula, o

segundo colocado, com 16,08%.

Em 1990, foi novamente eleito governador do Rio de Janeiro, tendo a educação como a mais importante bandeira de suas três gestões estaduais. Em sua gestão, Brizola instituiu os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), idealizados por Darcy Ribeiro.

Brizola disputou a Presidência novamente em 1994 e, em 1998, a Vice-Presidência, na chapa com Lula.

O presidente Lula decretou luto oficial de três dias e declarou que o país perdia uma de suas maiores referências políticas dos últimos 50 anos.

25 de junho de 1950

EUA DECLARAM GUERRA À COREIA DO NORTE

A Coreia do Norte invade a Coreia do Sul. A alegação é que o país vizinho, aliado dos EUA, não respeitara a fronteira do paralelo 38 – estabelecida arbitrariamente pela ONU em 1948 para separar a porção norte, comunista, da região sul, capitalista.

Dois dias depois da invasão, os Estados Unidos declarariam guerra ao lado comunista, dando início assim ao primeiro confronto direto entre os dois blocos que disputavam a hegemonia global após o fim da 2ª Guerra Mundial. Nos três anos seguintes, o conflito envolveria uma coalizão de 16 países organizada pela ONU e liderada pelos Estados Unidos, de um lado, e a Coreia do Norte, com apoio soviético e chinês, do outro.

O avanço norte-americano

provocaria a entrada direta da República Popular da China no conflito, quando as tropas da ONU se aproximaram de suas fronteiras. Os Estados Unidos ameaçaram os chineses com bombas atômicas e fariam largo uso da bomba de napalm, de alto grau de letalidade.

A coalizão imporá pesadas baixas aos norte-coreanos e aos chineses, forçando-os ao diálogo, que se iniciaria em 10 de julho de 1951. Os conflitos, todavia, se estenderiam até 27 de julho de 1953, quando um armistício foi assinado.

Ao final da guerra, as duas Coreias e a China contariam seus mortos: dois milhões, entre civis e militares. Os Estados Unidos teriam perdido alguns milhares de soldados.

O Brasil sofreria forte pressão dos Estados Unidos para enviar tropas à região, mas, além da opinião pública desfavorável, Getúlio teve de enfrentar a divisão das Forças Armadas brasileiras na questão.

No Clube Militar, os generais nacionalistas Estilac Leal e Horta Barbosa fizeram ampla campanha contra os generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias, que queriam a participação do Brasil na Guerra da Coreia. Ao final, a ala nacionalista saiu vencedora: em dezembro de 1951, Vargas formalizaria a posição negativa do Brasil quanto ao envio de tropas brasileiras.

A decisão causaria o esfriamento das relações diplomáticas com a maior potência ocidental.



26 de junho de 1969

CHEGA O "PASQUIM" PARA FAZER RIR E PENSAR

É lançado "O Pasquim", que se tornaria um dos mais duradouros e populares jornais alternativos do país, chegando a vender 200 mil exemplares por semana. Idealizado pelo cartunista Jaguar para ser um jornal do bairro carioca de Ipanema, mais voltado para o humor comportamental, o semanário foi abordando cada vez mais os temas políticos - mas sem perder jamais a característica de jornal de sátira e humor.

A publicação resistiu valentemente ao cerco da censura, e seus jornalistas enfrentaram perseguições e prisões. Fizeram parte de sua redação, entre outros, Millôr Fernandes, Ziraldo, Tarso de Castro, Henfil, Ivan Lessa, Sérgio Cabral, Claudius, Fortuna e Luís Carlos Maciel. "O Pasquim" também contou com colaborações de Paulo Francis, Chico Buarque, Caetano Veloso, Chico Anísio e Antonio Callado.



27 de junho de 2007

CRESCER O APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR

O governo federal anuncia financiamento recorde para a agricultura familiar, por meio do Plano Safra de 2007/2008. Serão R\$ 12 bilhões aplicados nas diversas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), maior valor já destinado na história do programa, 20% superior ao do ano anterior.

Desde 2002, o volume de recursos crescera cerca de 420% - de R\$ 2,2 bilhões, em 2002/2003, para R\$ 12 bilhões, em 2007/2008. Em 2007, 2,2 milhões de famílias teriam acesso ao crédito rural.

Outras inovações foram a redução da taxa de juro, a ampliação dos limites de renda e financiamento e a diversificação do público-alvo. Os recordes de financiamento seriam anunciados anualmente, chegando a R\$ 24,1 bilhões em 2014/2015.

O Plano Safra da Agricultura

familiar atingiria 5.454 municípios e ampliaria o tipo de atividade financiada, passando a incluir atividades cooperativistas, agroflorestais e agroindustriais.

Em 2008, como resposta à crise econômica mundial, o governo lançaria uma linha de crédito específica para financiar a infraestrutura e o aumento da produtividade da agricultura familiar.

De 2003 a 2011, a renda dos agricultores familiares cresceria 52%, e 3,7 milhões deles ingressariam na classe média rural. Em 2014, 74% da mão de obra no campo seria empregada pelo setor, e 70% dos alimentos consumidos no Brasil seriam produzidos pela agricultura familiar.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

TEORIAeDEBATE

Revista da Fundação Perseu Abramo - Edição Especial - Abril 2024



1964 - 2024

60 ANOS DO GOLPE
CIVIL-MILITAR

ALBERTO CANTALICE - ELEONORA MENICUCCI - EMILIANO JOSÉ - FERNANDA ESTIMA - FREI CHICO - HENRIQUE NUNES
HILDEGARD ANGEL - IVO LESBAUPIN - JAMES N. GREEN - JOSÉ DIRCEU - LUIZ EDUARDO GREENHALG - MARILENA CHAUI
MATILDE RIBEIRO - MARLY VIANNA - MILTON TEMER - PAULO OKAMOTO - PEDRO ESTEVAM DA ROCHA DOMAR
RAUL PONT - RUI FALCÃO - TARSO GENRO - VALTER POMAR - WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores